

O
DIREITO
AO
SEXO

AMIA SRINIVASAN

O
DIREITO
AO
SEXO

Feminismo
no Século XXI

TEMAS E DEBATES

Círculo-Leitores

Prefácio

O feminismo não é uma filosofia, nem uma teoria, nem sequer um ponto de vista. É um movimento político que tem como objetivo mudar o mundo radicalmente. O feminismo pergunta: como seria pôr termo à subordinação política, social, sexual, económica, psicológica e física das mulheres? A sua resposta é: não sabemos; tentemos descobrir.

O feminismo começa quando uma mulher reconhece que é um membro de uma classe sexual, ou seja, um membro de uma classe de pessoas a quem foi atribuído um estatuto sexual inferior com base naquilo a que se chama «sexo» – algo que se considera natural, pré-político, um terreno material objetivo sobre o qual se constrói o mundo da cultura humana.

Examinamos essa coisa pretensamente natural, o «sexo», e acabamos por descobrir que já está carregada de significado. Ao nascerem, os corpos são classificados como «masculinos» ou «femininos», embora muitos deles tenham de ser mutilados para pertencer a uma categoria ou a outra e muitos corpos

protestem, mais tarde, contra a decisão que então foi tomada. Esta divisão original determina o objetivo social que será atribuído a um corpo. Alguns desses corpos destinam-se a criar novos corpos, a lavar, vestir e alimentar outros corpos (sempre por amor, nunca por dever), a fazer com que outros corpos se sintam bem, completos e estejam em posição de tomar decisões, se sintam livres. O sexo é, por conseguinte, uma coisa cultural que se faz passar por uma natural. O sexo, que as feministas nos ensinaram a distinguir do género, é já em si o próprio género camuflado¹.

A palavra «sexo» tem outro significado: o sexo como aquilo que fazemos com os nossos corpos sexuados. Alguns corpos destinam-se a que outros façam sexo com eles. Alguns destinam-se ao prazer, à posse, ao consumo, à adoração, a prestar serviço a outros corpos e a confirmá-los. Diz-se também que o «sexo» neste segundo sentido é uma coisa natural, que existe fora da política. O feminismo demonstra que também isto é uma ficção, uma ficção que serve determinados interesses. O sexo, que consideramos um dos atos mais privados, é, na realidade, uma coisa pública. Os papéis que desempenhamos, as emoções que sentimos, quem dá, quem recebe, quem exige, quem serve, quem deseja, quem é desejado, quem beneficia, quem sofre: as regras que se aplicam a tudo isto foram estabelecidas muito antes de termos chegado ao mundo.

Um filósofo famoso disse-me, uma vez, que discordava das críticas feministas do sexo porque só durante o sexo se sentia verdadeiramente fora da política, se sentia verdadeiramente livre. Perguntei-lhe o que teria a sua mulher a dizer sobre isso. (Não pude fazer essa pergunta à mulher dele porque não fora convidada para o jantar.) Isto não significa que o sexo não possa ser livre. Há muito que as feministas sonham com a liberdade sexual. Aquilo que se recusam a aceitar é o seu

simulacro: o sexo considerado livre não porque é igual, mas sim porque é ubíquo. Neste mundo, a liberdade sexual não é um dado, mas sim algo a ser alcançado e que é sempre incompleto. Simone de Beauvoir, sonhando com um sexo mais livre que haveria de chegar, escreveu em *O Segundo Sexo*:

[...] indubitavelmente, a autonomia das mulheres, embora poupe os homens a um grande número de problemas, também lhes negará muitas comodidades; certas maneiras de viver a aventura sexual deixarão, por certo, de existir no mundo de amanhã, mas isto não significa que o amor, a felicidade, a poesia e os sonhos sejam excluídos dela. Sejamos cautelosos, para que a nossa falta de imaginação não empobreça o futuro... surgirão, entre os sexos, novas relações carnis e afetivas que não conseguimos imaginar sequer... É absurdo sustentar que [...] o vício, o êxtase e a paixão se tornariam impossíveis se o homem e a mulher passassem a ser pares; as contradições que opõem a carne ao espírito, o momento ao tempo, a vertigem da imanência ao apelo da transcendência, o carácter absoluto do prazer e o nada do esquecimento nunca desaparecerão; a tensão, o sofrimento, a alegria e o fracasso e o triunfo da existência sempre se materializarão na sexualidade [...]. [...] pelo contrário, será quando a escravidão de metade da humanidade for abolida e, com ela, o sistema hipócrita que lhe está subjacente que [...] o casal humano descobrirá a sua verdadeira forma².

Que seria necessário para que o sexo fosse realmente livre? Ainda não sabemos; mas procuremos saber.

Estes ensaios incidem sobre a política e a ética do sexo neste mundo e são impulsionados pela esperança de um mundo diferente. Remontam a uma tradição feminista mais antiga que não receava pensar no sexo como um fenómeno político, como algo firmemente inserido nos limites da crítica social. As mulheres que se inserem nesta tradição – que vai

de Simone de Beauvoir e Alexandra Kollontai até bell hooks, Audre Lorde, Catherine MacKinnon e Adrienne Rich – desafiam-nos a pensar sobre a ética do sexo mais além dos estreitos parâmetros do «consentimento». Compelem-nos a interrogarmo-nos sobre as forças subjacentes ao *sim* de uma mulher; aquilo que o facto de ser algo que exige consentimento diz sobre o sexo; como acabámos por imprimir tanto peso psíquico, cultural e jurídico a uma noção de «consentimento» que não o pode aguentar. E pedem-nos que nos associemos a elas sonhando com um sexo mais livre.

Simultaneamente, estes ensaios visam refazer a crítica política do sexo no século XXI; levar a sério a complexa relação entre sexo e raça, classe, deficiência, nacionalidade e casta; pensar naquilo que o sexo se tornou na era da Internet; perguntar o que significa invocar o poder do Estado capitalista e carcerário para lidar com os problemas do sexo.

Estes ensaios respondem, em grande medida, a situações existentes nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Também presto alguma atenção à Índia, o que constitui, em parte, um reflexo dos meus próprios antecedentes, mas também é uma escolha deliberada. Estes ensaios são críticos em relação a grande parte do pensamento feminista e práticas anglófonas dominantes, que têm sido, desde há décadas, a forma mais visível e materialmente poderosa de feminismo em todo o mundo. (É claro que as feministas que trabalham fora da corrente dominante anglófona nunca foram invisíveis ou «marginais» para si próprias ou para as respetivas comunidades.) É reconfortante poder escrever que esse domínio tem, nos últimos tempos, vindo a diminuir, sobretudo porque as expressões recentes mais estimulantes de energias feministas têm provido de fora de contextos anglófonos. Citarei apenas alguns exemplos ocorridos enquanto escrevia esta obra: na Polónia, onde o governo de coligação de direita está a

implementar restrições legais suplementares em matéria de aborto, as feministas lideraram uma revolta a nível nacional, organizando protestos em mais de quinhentas cidades e vilas; na Argentina, cinco anos de marchas de feministas sob o lema «Ni una Menos» («Nem uma menos») obrigaram o Congresso a legalizar o aborto, enquanto as feministas no Brasil, Chile e Colômbia, onde o aborto continua a ser, em grande medida, ilegal, estão a organizar-se para seguir esse exemplo; no Sudão, as mulheres lideraram os protestos revolucionários que derrubaram o regime ditatorial de Omar al-Bashir e foi uma feminista sudanesa, de vinte e poucos anos, Alaa Salah, que exigiu que o Conselho de Segurança das Nações Unidas garantisse que as mulheres, os grupos da resistência e as minorias religiosas fossem integrados, em pé de igualdade, no governo provisório do Sudão³.

Estes ensaios são categóricos sobre determinados temas – os direitos das trabalhadoras sexuais, o carácter destrutivo da política carcerária, as patologias da sexualidade contemporânea. Mas, quanto a outros, são ambivalentes, avessos a reduzir o que é denso e difícil a algo mais fácil. O feminismo deve dizer a verdade sistematicamente, sobretudo acerca de si próprio. (Como escreve o historiador da classe operária, David Roediger, um movimento radical que «fale com franqueza consigo próprio» desenvolve uma «atividade muito mais importante do que aquele que «diz a verdade ao poder»⁴.) O feminismo não pode ceder à fantasia de que os interesses convergem sempre; de que os nossos planos não terão consequências inesperadas e indesejáveis; de que a política é uma zona de conforto.

Ao falar, no século passado, sobre o atual, Bernice Johnson Reagon, a estudiosa feminista e ativista, avisou que uma política verdadeiramente radical – isto é, uma política de ligações – não pode ser um lar para os seus membros:

O trabalho de coligação não é um trabalho feito em casa. Tem de ser feito na rua... E quem o faz não deveria procurar consolo. Algumas pessoas decidem integrar uma coligação e consideram que o êxito desta depende de se sentirem bem, ou não, quando dela passam a fazer parte. Não procuram uma coligação; procuram um lar! Procuram um biberão com um pouco de leite e uma tetina, algo que não acontece numa coligação.⁵

Para Reagon, é a crença de que a política deveria ser um lar perfeito – um lugar onde se tem uma sensação de pertença, «um útero», para usar as suas palavras – que conduz às contradições de exclusão de grande parte do feminismo. O feminismo encarado como o «lar» perfeito insiste na afinidade em detrimento dos factos, pondo de lado todos aqueles que poderiam perturbar o seu idílio doméstico. Uma política verdadeiramente inclusiva é uma política incómoda e insegura.

Nestes ensaios tento, sempre que tal é necessário, insistir no desconforto e na ambivalência. Estes ensaios não proporcionam um lar, mas espero que ofereçam realmente a alguns um lugar de reconhecimento. Escrevi-os com a intenção de que fossem lidos em conjunto ou em separado. Não visam convencer ou persuadir alguém do que quer que seja, embora não me sentisse infeliz se isso viesse a acontecer. Pelo contrário, representam uma tentativa de expressar por palavras aquilo que muitas mulheres e alguns homens já sabem. Foi sempre este o método do feminismo: mulheres que trabalham coletivamente para expressar o não dito, aquilo que antes era indizível. Na melhor das hipóteses, a teoria feminista baseia-se no que as mulheres pensam quando estão sozinhas, no que dizem umas às outras num piquete de greve, numa linha de montagem e à esquina da rua e no quarto, o que tentaram dizer milhares de vezes aos maridos, pais, filhos e patrões. No seu melhor, a teoria feminista revela as possibilidades da vida das mulheres que estão latentes nas suas lutas, tornando-as mais

Prefácio

concretizáveis. Mas a teoria feminista prescinde, com demasiada frequência, das particularidades das vidas das mulheres, limitando-se a dizer-lhes, partindo de uma posição de superioridade, o que as suas vidas significam de facto. Tais pretensões de pouco servem à maioria das mulheres. Elas têm demasiado que fazer.

Oxford, 2020